

DOI: 10.46943/IX.CONEDU.2023.GT05.001

A IMPORTÂNCIA DA VIVÊNCIA UNIVERSITÁRIA PARA OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR JOVENS ESTUDANTES NEGRAS DOS CURSOS DE LICENCIATURA: MAPEAMENTO DE ARTIGOS PUBLICADOS (2018-2023)

LAURA SANTOS DE OLIVEIRA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, lauramcz1@hotmail.com;

LARA JORDANA LIMA DA SILVA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, larajordana100@gmail.com;

JULYA MYRELE ROSENDO DE ALMEIDA

Mestranda do Curso de Educação da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, myrelerosendo@hotmail.com;

ROSEMEIRE REIS

Orientadora: Pesquisadora PQ2 – CNPq. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da USP (2006). Professora do Centro de Educação e do programa de pós-graduação (PPGE-UFAL) reisroseufal@gmail.com.

RESUMO

O presente estudo visa mapear e analisar os artigos publicados nos últimos cinco anos (2018-2023), que abordam a temática da vivência universitária para jovens estudantes negras nos cursos de licenciatura ofertados pelas universidades públicas no Brasil e a partir de então refletir sobre a importância dessas vivências para o enfrentamento dos desafios enfrentados por essas jovens no ambiente universitário. Trata-se de uma revisão bibliográfica sistemática, qualitativa, em artigos dos últimos cinco anos. É necessário entender que os/as jovens estudantes não fazem parte de um grupo homogêneo, pelo contrário, cada um possui aspectos subjetivos, dos sentidos que atribuem aos diferentes espaços sociais e que refletem em suas vivências universitárias. E quando se trata de jovens estudantes negras, essas subjetividades tornam-se mais evidentes, pois, os desafios enfrentados por elas atravessam a questão de gênero e como, também, a questão étnico-racial. Portanto, é necessário ter um olhar interseccional para

essa questão, pois a discussão de classe, gênero e étnico-racial se cruzam, perpassam e tem pontos em comum para essas mulheres negras. E isso tem forte impacto em suas vidas, seja no âmbito pessoal ou enquanto estudantes e conseqüentemente em suas vivências universitárias, e na forma que elas enfrentam os desafios no ambiente acadêmico durante a graduação. As vivências universitárias para essas jovens estudantes negras vão além do espaço da sala de aula, são construídas também através das relações de sociabilidade, espaços formativos e nos momentos de discussões e textos trabalhados com as professoras/es.

Palavras-chave: Mulheres negras, vivências universitárias, juventudes, licenciaturas, interseccionalidade.

INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, o Ensino Superior brasileiro passou por mudanças que contribuíram para a expansão das ofertas de vagas: políticas de ações afirmativas, como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado pelo Governo Federal em 2007, que trouxe um maior número de *campi*, cursos em horário noturno e mais professores/as; e a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, ou Lei de Cotas, que possibilita à população negra (preta e parda) igualdade de condições no acesso ao Ensino Superior. Conforme afirma Coulon (2017, p.1241), “a conjunção dessas políticas provocou um processo de democratização do acesso ao ensino superior, produzindo uma modificação progressiva do perfil dos estudantes universitários brasileiros”.

Apesar dos avanços e da democratização do ingresso no Ensino Superior nas Universidades Públicas, é necessário entender que acesso é diferente de permanência, apesar de ambos estarem relacionados. Mesmo que a formação em nível universitário, nas instituições públicas, tenha financiamento público, os/as estudantes enfrentam inúmeras adversidades e despesas financeiras para se manter no ambiente acadêmico, mas com esses novos “perfis” entrando nas universidades, elas também precisaram adotar novos debates e novas políticas internas. Como afirma Gonzalez (2020):

No campo acadêmico, a ampliação do ingresso de estudantes negros e negras nas instituições de ensino superior propiciada pelas políticas públicas de acesso fortaleceu e revigorou o debate sobre raça e gênero. Um novo perfil de alunos passou a ocupar os bancos e a cena das universidades, produzindo muito mais do que uma diversidade social e racial do corpo discente. (GOZALEZ, 2020, p. 18)

Os avanços citados permitiram que mais mulheres negras tivessem acesso ao Ensino Superior público, mesmo fazendo parte de duas “classes excluídas” pela sociedade: a de gênero e a de raça. Silva *et al.* (2009, p.262) afirmam que “os jovens negros são, ainda mais que os brancos, submetidos a um contexto social marcado por violências, com profundos impactos em seu cotidiano, sua visão de mundo e suas possibilidades concretas de construção de futuro”. E todas essas questões também impactam na experiência desse jovens negros enquanto estudantes acadêmicos.

Mas, para essa população, em especial as mulheres negras, as experiências vivenciadas dentro do ambiente universitário e na graduação são diferentes dos/as demais estudantes, principalmente quando se trata da influência que essas vivências fora da universidade (violência de gênero, questões socioeconômicas, racismo) têm sobre as experiências acadêmicas.

A questão do presente artigo é analisar: os resultados de artigos acadêmicos sobre os impactos que as vivências externas das estudantes negras de cursos de licenciaturas de Universidades Públicas têm sobre suas experiências acadêmicas. O trabalho tem como objetivo identificar e analisar como estes estudos focalizam os desafios vivenciados pelas mulheres negras nas Universidades públicas dentro dos cursos de licenciatura e refletir sobre a importância da vivência universitária para o enfrentamento desses desafios.¹

METODOLOGIA

Metodologicamente trata-se de um estudo bibliográfico. Aqui, o conceito de pesquisa bibliográfica é baseado em Knechtel (2014), que a define como:

A pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado e desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público geral. Sua finalidade consiste em colocar o pesquisador em contato direto com tudo que foi escrito, dito ou filmado sobre determinado assunto, inclusive conferências seguidas de debates transcritos, publicados ou gravados. (KNECHTEL, 2014, p. 146)

Inicialmente foi realizada uma busca no google acadêmico sobre temáticas raciais e sobre as experiências universitárias de estudantes negras de cursos de licenciatura de Universidade Públicas dos anos de 2018 a 2023. A partir dessa pesquisa online, a partir do google acadêmico, houve uma interação com os escritos dos artigos encontrados, como afirma Knechtel (20014, p. 146) “Na pesquisa bibliográfica, embora esta seja uma modalidade particular de pesquisa, não são realizadas entrevistas, nem são feitas observações sobre situações vividas, mas o pesquisador “conversa” e “debate” com os outros autores, por meio de seus escritos”.

1 O presente estudo bibliográfico faz parte de uma pesquisa de mestrado que está em andamento denominada “A importância da vivência universitária para a permanência no curso de Pedagogia: narrativas de jovens estudantes negras”

Foram encontrados seis artigos que tinham relação mais profunda com essas temáticas, mas para esse trabalho especificamente, serão analisados três artigos, por conta da extensão do conteúdo, são eles:

1. “Mulheres negras na ciência: narrativas (auto) biográficas de graduandas negras nos cursos de licenciatura em Química, Física e Matemática da UFRB – Amargosa”; Autoras : Michelle Neres Queiroz dos Santos; Ano: 2020.
2. “Mulheres negras na ciência, prática e cultura: exigências formativas que impactam a escolarização de mulheres negras no ensino superior Brasileiro”; Autores João Paulo dos Santos e Núbia Regina Moreira; Ano: 2019.
3. “Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes”; Autores: Maria Simone Euclides e Joselina da Silva; Ano: 2019.

O LUGAR DA MULHER NEGRA

O racismo é estruturado desde o período do colonialismo e a mulheres e homens negros sempre foi determinado um lugar pré-estabelecido, pois a ideia de raça surge para classificar socialmente a população mundial e reforçar o eurocentrismo. Assim, o capital colonial moderno e eurocentrado torna-se um novo padrão de poder mundial. Como afirma Quijano (2005):

A globalização em curso é, em primeiro lugar, a culminação de um processo que começou com a constituição da América e do capitalismo colonial/moderno e eurocentrado como um novo padrão de poder mundial. Um dos eixos fundamentais desse poder é a classificação social da população de acordo com a ideia de raça, uma construção mental que expressa a experiência básica da dominação colonial e desde então permeia as dimensões mais importantes do poder mundial, incluindo sua racionalidade específica, o eurocentrismo (2005, p. 117)

Desde a abolição do regime de escravidão no Brasil, as pessoas negras não tiveram seus direitos básicos assegurados – e isso acontece até os dias atuais, o que acaba prejudicando o acesso delas a alguns espaços da sociedade, sendo

a Universidade um deles. Essas pessoas ficaram estigmatizadas a trabalhos considerados “subalternos”. Ribeiro (2020, p.12) afirma que: “No Brasil, há a ideia de que a escravidão foi mais banida do que em outros lugares, o que nos impede de entender como o sistema escravocrata ainda impacta a forma como a sociedade se organiza”.

Quando tratamos da situação da mulher negra nesse período pós-abolição, seu trabalho foi duplicado, porque além realizar os trabalhos domésticos de dentro de sua casa, ela ainda precisava trabalhar fora para sustentar sua família. A mulher negra é colocada, pela sociedade, em uma posição de quem não está qualificada para estudar, que não tem capacidade intelectual suficiente para estar em espaços acadêmicos ou, como dito anteriormente, está ligada a trabalhos subalternizados e domésticos ou à hipersexualização de seu corpo. Essas mulheres são fruto de um país construído com base em um regime escravista que perpetua o racismo estrutural. Segundo Almeida (2020):

O racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo “normal” com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural. Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra, e não exceção (ALMEIDA, 2020, p.50)

As mulheres negras têm uma realidade que merece importância e discussão mais enfática, pois, “por mais que uma mulher burguesa venha a sofrer opressão pelo fato de ser mulher, essa opressão é diferente daquela sofrida por uma mulher negra operária” (Santos *et al.*, 2021, p.95). Toda essa opressão acaba interferindo na vida dessas mulheres, e isso interfere na relação delas com o mercado de trabalho, em questões do âmbito interno e até na formação acadêmica e intelectual.

Desde o tempo do sistema escravista, era negada a identidade às mulheres negras. Como afirma Davis (2020, p.17): “a mulher escrava era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa”. E isso tem influência até hoje na vida dessas mulheres. Essas mulheres são tratadas muitas vezes como objeto e não como sujeitos, e não tem suas vozes escutadas e isso se perpetua até hoje. Gonzalez (2020), afirma que:

O processo de exclusão da mulher negra é patentado, em termos de sociedade brasileira, pelos dois papéis que lhe são atribuídos: “domésticas”

ou “mulatas. O termo “doméstica” abrange uma série de atividades que marcam seu “lugar natural”: empregada doméstica, merendeira na rede escolar, servente nos supermercados, na rede hospitalar etc. Já o termo “mulata” implica a forma mais sofisticada de reificação: ela é nomeada “produto de exportação”, ou seja, objeto a ser consumido pelos turistas e pelos burgueses nacionais” (2020, p.44)

As mulheres negras estão na base da pirâmide social e sofrem por não ter condições mínimas para viver. São, em sua maioria, as mães solo do país, de acordo com pesquisa do IBGE (2018), “sendo 61% das mães solo e 63% das chefes de família, e estão abaixo da linha da pobreza”. Quando se fala, aqui, em condições mínimas, estamos falando de direitos básicos para ter dignidade, como saúde, emprego e direito à educação. Sobre ser negra e mulher no Brasil, Gonzalez (2020), relata que:

Quanto a mulher negra, que se pense em sua falta de perspectivas quanto à possibilidade de novas alternativas. Ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no nível mais alto de opressão (2020, p.58).

Pensar na importância das vivências universitárias para estudantes negras de cursos de licenciatura das Universidades Públicas no enfrentamento dos desafios enfrentados por elas dentro desse espaço, é entender as diferenças que existem quando se trata de homens e mulheres e, dentro da categoria gênero, as desigualdades entre mulheres brancas e negras.

PROCESSO DE AFILIAÇÃO

Mesmo com as políticas de ações afirmativas democratizando o acesso ao Ensino Superior público e aumentando o número de jovens negros/as dentro das Universidades públicas, os números ainda não são equivalentes. Assim, Coulon (2017, p.1241) considera: “hoje, o problema, portanto, não é mais entrar na universidade, o problema é permanecer na universidade e ter sucesso no percurso formativo”. A permanência desses jovens ainda é difícil, pois, apesar de as Universidades públicas possuírem financiamento público, os/as estudantes possuem inúmeras questões para se manter no ambiente acadêmico, vivências externas que perpassam por problemas financeiros, psicológicos, estranhamento e as violências e discriminações

que sofrem ou já sofreram, o que acaba dificultando a relação e as experiências desses jovens com o ambiente acadêmico e com o saber.

Uma jovem negra recém-saída do Ensino Médio ou da Educação de Jovens e Adultos, ao entrar no ambiente universitário, inicialmente depara-se com um mundo novo e diferente do que ele frequentava anteriormente, e passa por um processo para se tornar estudante universitária, o que Coulon (2008) define como afiliação. Esse conceito contribui para a compreensão das dificuldades de permanência na Universidade. Para Coulon (2017, p.1247), “a afiliação é o processo por que alguém adquire um estatuto social novo, em que estudantes descobrem e aprendem a utilização dos numerosos códigos, institucionais e intelectuais, indispensáveis ao ofício”. O autor, de acordo com seus estudos com jovens franceses, define três etapas para chegar ao processo de afiliação:

1. Tempo de estranheza: é quando os/as novos/as estudantes deparam-se com um universo acadêmico novo e diferente dos anteriores de que fizeram parte;
2. Tempo de aprendizagem: é um momento de incertezas, em que o/a estudante encontra-se “perdido/a” e cheio/a de dúvidas em relação ao seu futuro, mas não se reconhece mais no passado;
3. Tempo de afiliação: quando o/a jovem estudante já está inserido/a no ambiente acadêmico e já compreende o que é aquele espaço e o que os/as professores/as “esperam” dele/a.

Depois desse processo de afiliação, as/os jovens estudantes passam por momentos cruciais para a permanência dentro da graduação e no espaço universitário. Para Coulon (2008), “ser estudante, além de frequentar aulas e realizar tarefas intelectuais, implica vincular-se, dialogar, fazer atividades com os colegas e reconhecer que enfrentam os mesmos problemas, utilizam as mesmas expressões e partilham o mesmo mundo”.

Quando esse/a jovem tem acesso ao ambiente universitário, passa a lidar com situações que ainda não foram vivenciadas por ele/a, pessoas diferentes, temáticas inéditas, costumes, crenças, sexualidades; quando ele/a atravessa o processo de afiliação, passa a ter vivências universitárias que vão além da sala de aula: congressos, debates, participações em mesas-redondas, cursos de extensão, programas de iniciação científica ou à docência, oficinas e outras mais. A partir dessas vivências,

esses/as jovens passam a se integrar cada vez mais ao ambiente universitário e a criar espaços de apoio.

É necessário entender que os/as estudantes não fazem parte de um único grupo. Pelo contrário, existem aspectos na subjetividade de cada um, a partir dos sentidos atribuídos às experiências nos diferentes espaços sociais, que acabam refletindo na vivência universitária, assim como existem aspectos na vivência universitária que refletem na subjetividade desses/as estudantes e no enfrentamento dos desafios enfrentados durante essa jornada, mais especificamente das jovens estudantes negras.

INTERSECCIONALIDADE

O conceito interseccionalidade é de fundamental importância, pois, ao tratar sobre as vivências de mulheres negras, para além da vida universitária, e como isso impacta nas experiências delas no Ensino Superior, trabalham-se outros pontos de interseccionalidade referentes a gênero, raça, classe; como afirma Gonzalez 2020, p. 56) "Ora na medida em que existe a divisão racial e sexual do trabalho, não é difícil concluir sobre o processo de tríplice discriminação sofrida pela mulher negra (enquanto raça, classe e sexo). Esse conceito foi pensando e criado por feministas negras, pois não se sentiam representadas pelo feminismo branco e tinham espaço "limitado" dentro do movimento negro. Pois quando se tratava das questões das mulheres, logo pensava-se em mulheres brancas e quando se falava em negros, o foco e as discussões eram acerca do homem negro. Conforme afirma bell hooks (2020):

Os acadêmicos geralmente falavam da experiência negra quando na verdade estavam se referindo somente à experiência dos homens negros. Significativamente, descobri que, quando se falava das "mulheres", a experiência das brancas era universalizada como representação da experiência de todo o sexo feminino (hooks, 2020, p. 163)

Esse conceito vem se popularizando e ganhando cada vez mais discussão por parte da população, 2021 foi o ano em que o termo interseccionalidade teve mais buscas no google desde 2004, porém é um conceito já utilizado por feministas negras há um bom tempo e foi popularizado por Kimberlé Crenshaw, que é uma advogada e defensora dos direitos civis americanos, além de ser uma grande

estudiosa de gênero e raça, ficou ainda mais conhecida nos anos de 1981, quando a falar sobre a teoria interseccional. Para Akotirene (2022) baseada em Kimberlé Crenshaw:

a interseccionalidade permite-nos enxergar a colisão das estruturas, a interação simultânea das avenidas identitárias, além do fracasso do feminismo em contemplar mulheres negras, já que reproduz o racismo. Iguamente o movimento negro falha pelo caráter machista, oferece ferramentas metodológicas reservadas às experiências apenas do homem negro. (2020, p.19)

É necessário compreender que não existe hierarquia quando são focalizadas a discriminação ou a opressão, já que todos esses fatores sociais atravessam uma pessoa de forma igualitária. Como afirma Akoterine (2022) em relação a mulher negra:

A interseccionalidade nos permite partir da avenida estruturada pelo racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, em seus múltiplos trânsitos, para revelar quais são as pessoas realmente acidentadas pela matriz de opressões. A interseccionalidade dispensa individualmente quaisquer reivindicações identitárias ausentes da coletivamente construída, por melhores que sejam as intenções de quem deseja se filiar a marca fenotípica da negritude, neste caso, as estruturas não atravessam tais identidades fora da categoria de Outros. (2020, p.47)

É importante, quando se trata de abordar a interseccionalidade, não generalizar o conceito, como por exemplo “feminismo interseccional” e sim compreendê-la de uma forma política e como reparação. Faz-se necessário lembrar sempre que essa discussão começou com as mulheres negras ao trazer em evidência como pautas as discriminações de raça e gênero.

ANÁLISE DOS ARTIGOS

- **Mulheres negras na ciência: narrativas (auto) biográficas de graduandas negras nos cursos de licenciatura em Química, Física e Matemática da UFRB – Amargosa. Autora: Michelle Neres Queiroz dos Santos.**

O artigo “Mulheres negras na ciência: narrativa (auto) biográficas de graduandas negras nos cursos de licenciatura em Química, Física e Matemática da UFRB

– Amargosa” é da autora Michelle Neres Queiroz dos Santos, foi resultado do trabalho de conclusão do curso da autora e foi fruto de um capítulo dele, onde foram feitas entrevistas narrativas de estudantes negras dos cursos de licenciatura em química, física e matemática da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

A autora inicia o artigo apresentando dados da UFRB sobre o perfil dos estudantes, onde 83,4% dos estudantes se autodeclararam negros e 63,8% eram do sexo feminino, o que configura essa Universidade como negra e feminina. Falando mais especificamente dos cursos do trabalho em questão, em Química 39,69% se autodeclararam negros e 31,29% pardos, 61,38% são do sexo feminino e 38,16% do sexo masculino; no curso de Física 33,33 se autodeclararam negros e 33,33% pardos, são 61,29% são mulheres e 38,70% são homens; e no curso de matemática 26,31% se autodeclararam negros e 28,57% pardos, mulheres são 49,62% e 50,37% homens.

Em seguida autora traz um recorte acerca do crescimento da quantidade de mulheres que estão entrando no ensino superior, mas que para as mulheres negras a situação é diferente, pois existe uma imagem negativa em relação a essas mulheres, pois a mulher negra é colocada, pela sociedade, em uma posição de quem não está qualificada para estudar, que não tem capacidade intelectual suficiente para estar em espaços acadêmicos, está ligada a trabalhos subalternizados e domésticos ou à hiperssexualização de seu corpo. Ribeiro (2018, p.18), baseada em bell hooks, argumenta sobre “o quanto mulheres negras foram construídas ligadas ao corpo e não ao pensar, em um contexto racista”. Trazendo um olhar interseccional, que perpassa por raça, gênero e classe.

A pesquisa em questão é auto (biográfica) e se insere na abordagem qualitativa. A autora Santos (2020, p. 288), afirma que “as graduandas ao narrarem tais experiências tornam-se protagonistas de suas histórias, atribuindo significados para sua (auto) formação”. Ela busca compreender os desafios e as potencialidades vivenciadas por essas jovens graduandas negras durante a graduação.

As estudantes começam contando sobre as relações construídas dentro do ambiente acadêmico, mais especificamente com os professores e colegas de turma. E as três estudantes que participaram da pesquisa relatam que a relação com os professores é complicada, pois existe uma relação de hierarquia, até um pouco patriarcal, onde isso acaba impactando no desempenho acadêmico delas, pois sentiam que os professores não tinham tanta “simpatia” na hora de ouvir ou solucionar as dúvidas. Em relação a convivência com os colegas de turma, elas relatam que se sentem “excluídas” e incapazes intelectualmente com as comparações

que são realizadas. Tudo isso acaba influenciando na subjetividade das estudantes, fazendo com que elas duvidem da própria capacidade intelectual.

Essas experiências com as relações construídas dentro do ambiente acadêmico não ocorrem somente na universidade, vêm desde o ambiente escolar e é uma experiência que acaba interferindo na vivência universitária, pois vem se perpetuando. No livro “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade” bell hooks² (2020), a autora retrata um pouco da sua experiência com os professores durante a sua vida escolar e nota-se certa semelhança com o que é retratado pelas estudantes, ao bell (2020, p. 30) afirmar que “a maioria dos meus professores não estavam nem um pouco interessados em nos esclarecer. Mais do que qualquer outra coisa, pareciam fascinados pelo exercício do poder e da autoridade dentro do seu reininho – a sala de aula”.

Em outro momento, Michelle Neres Queiroz dos Santos, a autora do artigo, tenta compreender como é ser mulher negra na área de Ciências da natureza. Duas estudantes trazem respostas que não veem diferenciação em relação a isso, que só o fato de serem mulheres em um ambiente predominantemente masculino, já é um diferencial; já a terceira estudante diz que nunca pensou especificamente sobre essa questão. Talvez pelo fato de ambas relatarem que sentem uma lacuna por parte de seus cursos relacionado a questões étnico-raciais e de gênero, onde essas licenciaturas não oferecem a formação necessária para elas atuarem em sala de aula.

As questões trazidas pela autora são de suma importância, pois nos fazem refletir em como a ciência foi construída e nos é apresentada em uma visão eurocêntrica/colonialista e que excluem pessoas negras, em especial mulheres negras, pois as ciências e o ambiente acadêmico são formados em grande parte por homens brancos e deixando em ênfase a falta de representatividade para essas estudantes. E são questões que se fazem presentes na vida dessas alunas desde sempre.

- **Mulheres negras na ciência, prática e cultura: exigências formativas que impactam a escolarização de mulheres negras no ensino superior Brasileiro. Autores: João Paulo Lopes dos Santos e Núbia Regina Moreira.**

2 A autora assina o próprio nome em letras minúsculas, para enfatizar a importância do conteúdo de suas obras

O artigo é de autoria de João Paulo Lopes dos Santos e Núbia Regina Moreira e tem como objetivo analisar os impactos das práticas curriculares na escolarização de mulheres negras no ensino superior através das narrativas de quatro alunas de cursos de licenciaturas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no campus de Vitória da Conquista e que se autodeclaram negras. Como procedimento de pesquisa foram feitas entrevistas semiestruturadas, a partir das quais foram estruturadas as narrativas das estudantes.

Inicialmente foram enviadas cartas convites às alunas que se autodeclaram negras dos cursos de licenciatura da UESB. As estudantes estavam na faixa etária entre 22 e 28 anos, e elas possuem algumas características em comum, além de serem jovens, negras e estudantes de algum curso de licenciatura, elas também foram alunas de escolas públicas e ingressaram na universidade pelo sistema de cotas, além de suas famílias de origem humilde e a maioria delas são trabalhadores/estudantes. A autora e o autor do artigo justificam a escolha dos cursos de licenciatura para essa pesquisa, pelo fato de serem voltados para a formação de professores e pela maioria das estudantes serem mulheres.

E começam por questionar o que levou essas jovens a ingressarem no ensino superior na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia? Ambas as estudantes responderam que a entrada na graduação e o término do curso superior é a possibilidade de uma melhora nas condições socioeconômicas delas e de suas famílias. Em seguida eles entram na principal questão, que é a forma que as práticas curriculares dos professores impactam e influenciam na escolarização das estudantes. As respostas delas foram no sentido do silenciamento por parte dos professores, constrangimentos vivenciados que as fizeram manter uma relação de distanciamento com os professores.

Essas questões acabam prejudicando e reforçando o estigma sobre a mulher negra, que desde sempre foi inferiorizada, como afirma Lelia Gonzalez (2020) em seu livro "Por um feminismo afro-latino-americano":

Pode-se concluir que discriminação de sexo e raça faz das mulheres negras o segmento mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, limitando suas possibilidades de ascensão. Em termos de educação, por exemplo, é importante enfatizar que uma visão depreciativa dos negros é transmitida nos textos escolares e perpetuada em uma estética racista constantemente transmitida pela mídia de massas. Se adicionarmos o sexismo e a valorização dos privilégios de classe, o quadro fica completo (GONZALEZ, 2020, p. 160)

É notório no artigo que as práticas curriculares e a postura dos professores com as alunas têm forte influência sobre a permanência dessas estudantes na Universidade.

Assim, é importante compreender a interseccionalidade que essa questão possui, pois a discussão de classe, raça e gênero têm pontos em comum para mulheres negras e impacta suas vidas, inclusive no âmbito acadêmico. Segundo Akotirene (2022, p.19): A interseccionalidade visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento e sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais.

Todos esses fatores além de influenciarem na permanência dessas mulheres negras na graduação, também influenciam na entrada delas e é notória a disparidade entre o número de mulheres brancas e negras que conseguem entrar no ensino superior. A pesquisa do INEP de 2016 é citada no artigo, onde 8,8 milhões de mulheres negras conseguiram acessar o ensino superior em contraposição a 12 milhões de mulheres brancas, o que mostra uma diferença visível de 3,2 milhões.

Mais uma vez as práticas curriculares continuam abrindo caminhos para algo excludente. As trajetórias escolares, o que inclui aquelas vivenciadas na universidade, fazem com que essas estudantes continuem se subestimando e duvidando da própria incapacidade intelectual. Esse processo é reforçado também pelas situações de repressão, racismo que sofrem no dia a dia e que as desafiam a ter que se reconstruir cotidianamente e seguirem resilientes, como explicam os autores do artigo em questão.

- **Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes. Autores: Maria Simone Euclides e Joselina da Silva.**

O artigo “ Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes” é um pouco diferente dos outros dois artigos analisados acima, pois as autoras Maria Simone Euclides e Joselina da Silva, retratam um pouco de suas trajetórias escolares, vivências pessoais e até a chegada a universidade. O objetivo principal do trabalho é analisar nos relatos de experiência a atuação e o fazer científico das duas autoras, que são negras e atualmente são professoras em universidades públicas brasileiras.

Simone tem trinta anos e é doutora em Educação pela UFC, possui graduação em Pedagogia pela Universidade Federal de Viçosa. Simone começa relatando que chegar até a Universidade para ela não foi algo simples. Sua família era de origem humilde, do campo, sem-terra e que todas as condições ao seu redor eram para que ela tivesse o mesmo caminho de seus familiares ou fosse trabalhar como doméstica, babá, trabalhos considerados “subalternos” e que já eram o esperado para mulheres negras. Ela acreditou que a educação poderia mudar seu “destino” já pré-estabelecido por sua cor/raça e classe social.

Diferente das mulheres dos outros artigos, Simone conta com carinho sobre o auxílio e compreensão que recebeu de seus professores e como as dificuldades financeiras de sua família e saúde de seu pai tiveram influência durante sua trajetória na Universidade. Ela relata também todo o racismo que sempre sofreu, as frases que ouviu como “negra de alma branca”, “é negra mas é inteligente”. Relata também o quanto a escola foi um ambiente hostil, onde sofreu muito e conseguia responder as opressões que sofria por conta de sua cor/raça.

Essas situações fizeram com que Simone se sentisse inferior e construísse uma identidade negativa sobre ela. E essa sensação, Simone levou até sua chegada a Universidade, onde isso passou a ser desconstruído com o passar de suas vivências em projetos, pesquisas e com as relações construídas. A partir de então ela se conscientizou das questões raciais, de gênero, classe e ancestralidade.

Já a professora Joselina da Silva, tem setenta anos, é doutora em ciências sociais pela UERJ. Joselina conta que sempre foi desestimulada por seu pai para ser professora e acabou fazendo curso de secretariado, só fez sua graduação nos anos 70. Ela relata pouco sobre suas vivências para além da universidade, mas diz que durante a infância e adolescência também foi vítima de racismo e que as intercessões de raça e gênero foram cruéis para sua formação de menina/jovem negra. Joselina relata especialmente sobre as vivências na casa de axé, onde esteve durante boa parte de sua vida e que tais vivências influenciaram sua prática pedagógica e sua atuação enquanto professora universitária.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo identificou que, apesar dos avanços em relação ao acesso de pessoas negras nas universidades públicas, ainda não existe uma equidade em relação ao número de pessoas brancas. Além de deixar notório o quanto para

mulher negra a situação é mais complexa, pois elas sempre tiveram lugares pré-determinados pela sociedade, foram e são estigmatizadas para serviços domésticos ou em relação a seus corpos, que desde o período colonial são desrespeitados.

Assim, esse estigma as faz se sentirem incapazes e inferiores as demais pessoas e isso acaba influenciando em todos os âmbitos de suas vidas. Nesse contexto, é de suma importância entender as interseções que atravessam essas mulheres, de raça, gênero e classe, que as marcam profundamente, pelas experiências ao longo da vida.

E essas vivências nos diferentes espaços sociais acabam tendo forte influência sobre as experiências acadêmicas que elas passam a ter ao entrar no ambiente universitário. Muitas vezes elas relembram momentos, associam acontecimentos a algo já vivido. Mas ao mesmo tempo existe uma certa dualidade, pois essas vivências externas as levam através de novas experiências universitárias se conhecerem/reconhecerem e se apropriarem de temáticas tão importantes como raça e gênero, que sempre fizeram parte de suas vidas.

Portanto, é necessário levar em consideração a importância dos estudos sobre interseccionalidade e compreender que essas mulheres ao longo da vida sofrem diversas violências, que as marcam e acabam influenciando suas vidas acadêmicas e que as vivências universitárias são fundamentais para o enfrentamento dos desafios vivenciados. É importante ainda a garantia de um currículo e de formações que tragam essas temáticas para dentro dos cursos de licenciatura.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **INTERSECCIONALIDADE**. (Feminismos Plurais/ coordenação de Djamila Ribeiro) 6ª Reimpressão. Editora Jandaíra. São Paulo. 2022.

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Pólen, 2020.

COULON, Alain. **A condição de estudante**: a entrada na vida universitária. Salvador: Edufba, 2008. 276p.

COULON, Alain. O ofício de estudante: a entrada na universidade. São Paulo: **Revista Educação e Pesquisa**, v. 43, n. 4, p. 1239-1250, 2017

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. São Paulo: Boitempo, 2020.

DOS SANTOS, J. P. L.; MOREIRA, N. R. Articulando currículo, prática e cultura: exigências formativas que impactam a escolarização de mulheres negras no ensino superior brasileiro. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 12, n. 31, p. 233-254, 9 nov. 2019.

EUCLIDES, S, M,.; SILVA, J. da. Dialogando autoetnografias negras: intersecções de vozes, saberes e práticas docentes. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 15, n. 32, p. 33-52, 2019.

GONZALEZ, Lélia. **Por um Feminismo Afro Latino Americano**. 5ª Reimpressão. Editora: Zahar. Rio de Janeiro, 2020.

GÜNTHER, Hartmut. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: esta é a questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, 2006.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática libertadora. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2020.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Brasil, 2018.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação**: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: InterSaberes, 2014

QUIJANO, Anibal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina**. In *A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* Buenos Aires: CLACSO, 2005.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do Feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, Júlia *et al.* A questão étnico-racial nas licenciaturas da Universidade Federal de Alagoas dentro da sociedade atual, **Revista Panorâmica Online**, v. 34, 2021. Disponível em: <https://tinyurl.com/juliaetal>. Acesso em: 25 out. 2022.